

# Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 62.042.890/0001-51  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

R\$ 58,4 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

	BALANÇO PATRIMÔNIO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DIRETORIA	
	2017	2016	2017	2016
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>58.262</b>	<b>54.087</b>		
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	46	40		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	58.183	54.032		
Carteira Própria.....	58.183	54.032		
OUTROS CRÉDITOS.....	33	15		
Diversos (Nota 6).....	33	15		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>126</b>	<b>126</b>		
OUTROS CRÉDITOS.....	126	126		
Diversos (Nota 6).....	126	126		
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>4</b>	<b>4</b>		
INVESTIMENTOS (Nota 7).....	4	4		
Outros Investimentos.....	4	4		
Provisões para Perdas.....	(43)	(47)		
<b>TOTAL</b> .....	<b>58.392</b>	<b>54.217</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2017	2016	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros	Totais	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>3.248</b>	<b>3.489</b>	<b>Saldos em 31.12.2015</b> .....	<b>26.400</b>	<b>Legal 406</b>	<b>Estatutária 24.334</b>	<b>Acumulados -</b>	<b>51.140</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	3.248	3.489	Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b).....	1.800	-	(1.800)	-	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>3.248</b>	<b>3.489</b>	Lucro Líquido.....	-	-	-	1.744	1.744
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(328)</b>	<b>(331)</b>	Destinações: - Reservas.....	-	87	1.641	(1.728)	-
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(107)	(108)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(16)	(16)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(175)	(185)	<b>Saldos em 30.6.2016</b> .....	<b>28.200</b>	<b>493</b>	<b>24.175</b>	<b>-</b>	<b>52.868</b>
Outras Receitas Operacionais (Nota 13a).....	(46)	(40)	<b>Saldos em 31.12.2016</b> .....	<b>28.200</b>	<b>626</b>	<b>26.680</b>	<b>-</b>	<b>55.506</b>
Outras Despesas Operacionais (Nota 13b).....	(46)	(40)	Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b).....	2.300	-	(2.300)	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>2.920</b>	<b>3.158</b>	Lucro Líquido.....	-	-	-	1.618	1.618
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>2.920</b>	<b>3.158</b>	Destinações: - Reservas.....	-	81	1.522	(1.603)	-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)</b> .....	<b>(1.302)</b>	<b>(1.414)</b>	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(15)	(15)
Provisão para Imposto de Renda.....	(717)	(777)	<b>Saldos em 30.6.2017</b> .....	<b>30.500</b>	<b>707</b>	<b>25.902</b>	<b>-</b>	<b>57.109</b>
Provisão para Contribuição Social.....	(582)	(632)						
Ativo Fiscal Diferido.....	(3)	(5)						
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....	<b>1.618</b>	<b>1.744</b>						
Número de cotas (Nota 10a).....	30.500.000	28.200.000						
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	53,05	61,84						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
	2017	2016
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>2.920</b>	<b>3.158</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos Sociais</b> .....	<b>2.920</b>	<b>3.158</b>
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(224)	(891)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	30	32
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(2.678)	(2.272)
<b>Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>48</b>	<b>27</b>
Dividendos Pagos.....	(42)	(33)
<b>Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) de Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(42)</b>	<b>(33)</b>
<b>(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>6</b>	<b>(6)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	40	46
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	46	40
<b>(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>6</b>	<b>(6)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Tibre DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

**b) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**d) Títulos e valores mobiliários - classificação**  
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e  
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de

### b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2017			2016			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/ contábil (2)
<b>Títulos para negociação (3):</b>							
Letras financeiras do tesouro.....	-	1.039	5.308	39.299	45.646	45.646	41.437
Operações compromissadas.....	7.145	-	-	-	7.145	7.146	6.189
Debêntures.....	-	851	-	-	851	851	5.389
Outros.....	-	3.110	-	1.431	4.541	4.541	1.017
<b>Total em 2017</b> .....	<b>7.145</b>	<b>5.000</b>	<b>5.308</b>	<b>1.431</b>	<b>40.730</b>	<b>58.183</b>	<b>54.032</b>
<b>Total em 2016</b> .....	<b>7.140</b>	<b>250</b>	<b>1.489</b>	<b>44.893</b>	<b>58.183</b>	<b>58.183</b>	<b>54.032</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;  
(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e  
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

**c) Resultado de títulos e valores mobiliários**  
Corresponde ao resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 3.248 mil (2016 - R\$ 3.489 mil).  
**d) A Tibre DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos 30 de junho de 2017 e de 2016.**

### 6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Créditos tributários (Notas 15c e d).....	148	131
Outros.....	11	10
<b>Total</b> .....	<b>159</b>	<b>141</b>

### 7) INVESTIMENTOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Investimentos por incentivos fiscais.....	46	46
Títulos patrimoniais.....	2.300.000	1.800.000
<b>Subtotal</b> .....	<b>47</b>	<b>47</b>
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais.....	(43)	(43)
<b>Total</b> .....	<b>4</b>	<b>4</b>

### 8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

**a) Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis**  
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.  
Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não há processos contingentes relevantes avaliados como de perda.

### 9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	1.132	1.236
Impostos e contribuições a recolher.....	24	29
<b>Total</b> .....	<b>1.156</b>	<b>1.265</b>

**b) Diversas**  
Refere-se à provisão para pagamento de publicações legais no montante de R\$ 64 mil (2016 - R\$ 68 mil) e provisão para honorários advocatícios no montante de R\$ 48 mil.

### 10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social**  
O Capital social no montante de R\$ 30.500 mil (2016 - R\$ 28.200 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 30.500.000 (2016 - 28.200.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
<b>Saldo em 1º de janeiro</b> .....	<b>28.200.000</b>	<b>26.400.000</b>	<b>28.200</b>	<b>26.400</b>
Aumento de capital com reserva AGO/E (1).....	2.300.000	1.800.000	2.300	1.800
<b>Saldo em 30 de junho</b> .....	<b>30.500.000</b>	<b>28.200.000</b>	<b>30.500</b>	<b>28.200</b>

(1) Em 6 de junho de 2017, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 2.300 mil, com a criação de 2.300.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A. (em 25 de maio de 2016, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.800 mil, com a criação de 1.800.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.).

#### c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>26.609</b>	<b>24.668</b>
- Reserva legal (1).....	707	493
- Reserva estatutária (2).....	25.902	24.175

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido.....	1.618	1.744
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(81)	(87)
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>1.537</b>	<b>1.657</b>
Dividendos propostos.....	16	16
<b>Percentual em relação ao lucro líquido ajustado</b> .....	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Valor em Reais por lote de mil cotas</b> .....	<b>0,49</b>	<b>0,57</b>

preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributado, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Tibre DTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas aplicações vigentes.

**f) Investimentos**  
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de perda de falcência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**h) Provisões, ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

**i) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

**j) Eventos subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 46 mil (2016 - R\$ 40 mil).

### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

# Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	103	-	-	103
Outras provisões (1) .....	48	45	48	45
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6)</b>	<b>151</b>	<b>45</b>	<b>48</b>	<b>148</b>

(1) Valores referentes a provisão para publicação e honorários advocatícios.

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	15	11	26
2018.....	21	14	35
2019.....	21	14	35
2020.....	17	11	28
2021.....	13	11	24
<b>Total (Nota 6).....</b>	<b>87</b>	<b>61</b>	<b>148</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 141 mil (2016 - R\$ 124 mil). Todos os créditos tributários da Tibre DTVM foram devidamente ativados.

## 16) OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

## A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

**Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 15 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2